

# RESGATANDO E EXPANDINDO A GEOGRAFIA POLÍTICA NO ENSINO MÉDIO

REDEEMING AND EXPANDING POLITICAL GEOGRAPHY IN HIGH SCHOOL

## DANIEL ABREU DE AZEVEDO

*Licenciado, Mestre e Doutor em Geografia (UFRJ)*

*Estágio em doutoramento na American University (Washington D.C.) e UNAM (Cidade do México)*

*Professor de Geografia do Colégio Pedro II (Campus Humaitá II)*

dan\_abreudeazevedo@hotmail.com

**RESUMO:** O PRESENTE ARTIGO TEM COMO OBJETIVO CENTRAL APRESENTAR UMA PROPOSTA PEDAGÓGICA NO ÂMBITO DA GEOGRAFIA POLÍTICA QUE FOI REALIZADA COM ALUNOS DO 2º ANO DO ENSINO MÉDIO DO COLÉGIO PEDRO II, CAMPUS HUMAITÁ II. BASEADA EM NOVAS DISCUSSÕES DENTRO DESSE SUBCAMPO DA CIÊNCIA GEOGRÁFICA, PARTIU-SE DO PRESSUPOSTO QUE, AO REVELAR AS RELAÇÕES ENTRE ESPAÇO E POLÍTICA, A GEOGRAFIA PODE CONTRIBUIR PARA A MAIOR QUALIFICAÇÃO NA FORMAÇÃO DOS ESTUDANTES E DE FUTUROS CIDADÃOS. A PARTIR DO CONCEITO DE ESPAÇO POLÍTICO E SUAS IMPLICAÇÕES PARA O SISTEMA DEMOCRÁTICO, O TRABALHO CONSISTIU EM DUAS ETAPAS, ALÉM DA AULA EXPOSITIVA SOBRE OS CONCEITOS CITADOS: (I) TRABALHO DE PESQUISA, CONDUZIDO PELO PROFESSOR, MAS REALIZADO PELOS ALUNOS, SOBRE A EXISTÊNCIA E A ESPACIALIDADE DOS CONSELHOS MUNICIPAIS NO RIO DE JANEIRO; (II) VISITAÇÕES ÀS REUNIÕES ABERTAS E ENTREVISTAS DIRETAS COM OS REPRESENTANTES.

**PALAVRAS-CHAVE:** ESPAÇO POLÍTICO; CONSELHO MUNICIPAL; ENSINO MÉDIO; GEOGRAFIA POLÍTICA.

**ABSTRACT:** THE PRESENT ARTICLE HAS AS MAIN OBJECTIVE TO PRESENT A PEDAGOGICAL PROPOSAL IN THE SCOPE OF THE POLITICAL GEOGRAPHY THAT WAS REALIZED WITH STUDENTS OF THE SECOND YEAR OF THE HIGH SCHOOL OF COLÉGIO PEDRO II, CAMPUS HUMAITÁ II. BASED ON NEW DISCUSSIONS WITHIN THIS SUBFIELD OF GEOGRAPHICAL SCIENCE, IT WAS ASSUMED THAT BY REVEALING THE RELATIONS BETWEEN SPACE AND POLITICS, GEOGRAPHY CAN CONTRIBUTE TO THE HIGHER QUALIFICATION IN THE FORMATION OF STUDENTS AND FUTURE CITIZENS. FROM THE CONCEPT OF POLITICAL SPACE AND ITS IMPLICATIONS FOR THE DEMOCRATIC SYSTEM, THE WORK IS CONSISTED IN TWO STAGES, IN ADDITION TO THE LECTURE ON THE CONCEPTS CITED: (I) RESEARCH WORK, CONDUCTED BY THE TEACHER BUT CARRIED OUT BY THE STUDENTS, ON THE EXISTENCE AND THE SPATIALITY OF THE MUNICIPAL COUNCILS IN RIO DE JANEIRO; (II) VISITS TO OPEN MEETINGS AND DIRECT INTERVIEWS WITH REPRESENTATIVES.

**KEYWORDS:** POLITICAL SPACE; MUNICIPAL COUNCIL; HIGH SCHOOL; POLITICAL GEOGRAPHY.

## INTRODUÇÃO

Há algum tempo se tem apontado o abandono que a Geografia promoveu durante a segunda metade do século XX com um de seus outrora mais frutíferos subcampos. Se é comum encontrar ainda cursos de graduação em Geografia sem ter como disciplina obrigatória a Geografia Política, incluindo aqueles dedicados exclusivamente à formação de professores, o mesmo acontece em livros didáticos e nos currículos básicos no Ensino Fundamental e Médio. A Geopolítica tomou o lugar da Geografia Política, em discussões que resumem o campo às estratégias e consequências bélicas históricas.

Esse artigo tem como objetivo principal apresentar um trabalho desenvolvido com alunos do 2º ano do Ensino Médio no ano de 2012 que tinha a Geografia Política e as novas reflexões acerca do conceito de espaço político como bases. De um modo bastante diferente, as pesquisas desenvolvidas por estudantes do 2º ano do Ensino Médio ajudaram diretamente na reflexão sobre o conceito de espaço político, visto que era (e ainda é) um conceito novo no campo da Geografia Política. Ao longo do desenvolvimento e das conclusões produzidas pelos jovens, pude perceber inquietações que contribuíram para meus questionamentos acadêmicos sobre o funcionamento e a importância dos espaços políticos. Assim, o que foi desenvolvido com esses alunos foi uma das formas de testar e aprimorar uma discussão que ainda se encontrava embrionária e que, hoje, confesso, muito deve seu desenvolvimento a esse trabalho realizado que será apresentado.

Sem dúvida, o que sempre me preocupou foi a distância dos alunos com os temas da Geografia Política. É possível creditar esse afastamento a duas razões distintas, porém interligadas: (i) a relação estabelecida entre regimes autoritários fascistas e conceitos desenvolvidos pela geografia política tradicional (CASTRO, 2005; COSTA, 2010); (ii) a desconfiança dos geógrafos em trabalhar com a escala do Estado-Nação na ação política, devido ao ímpeto de descentralizar e desnaturalizar a escala do Estado como um foco privilegiado de atenção (MOUFFE, 2000).

A primeira remonta aos primeiros trabalhos da área, quando os geógrafos políticos se colocaram com o compromisso de compreender o modo pelo qual a política era influenciada pela geografia. Reflexões acerca do “espaço vital” ou da relação determinística entre meio e homem emergiram como importantes respostas na compreensão dessa relação. Estratégias de controle e dominação a partir do território pelo Estado eram questões na agenda da Geografia Política no início do século XX. Essas análises se juntaram aos desdobramentos do nazismo e do fascismo e “conduziram a disciplina ao ostracismo, e seus temas tradicionais, como fronteiras, minorias, territórios dos Estados, divisões políticas, etc., passaram a ser tratados num empirismo despolitizado” (CASTRO, 2005, p.20).

A segunda razão diz respeito às divergências entre as teorias políticas e as dos geógrafos humanos no que concerne à escala de análise do Estado-Nação. Houve, a partir da influência marxista e pós-modernista na Geografia, um fortalecimento das escalas do local, do urbano, do regional e também do transnacional. Flint e Taylor (2011) apontaram, por exemplo, que seria mais interessante se a Geografia Política trabalhasse a política através dos movimentos sociais, porque estariam relacionados à escala da realidade, e não com o Estado, que seria, segundo esses autores, a escala da ideologia.

Ao caracterizar e naturalizar as escalas desse modo, essa corrente submeteu a política ao domínio da economia, tornando-a apenas um epifenômeno. Como Arendt (2009) argumenta, o discurso da submissão total do indivíduo ao grande capital, ao Estado, à classe burguesa, etc, negligencia o agenciamento humano, isto é, anula o poder da ação política coletiva.

É importante, portanto, trazer novamente o Estado e suas instituições como temas para Geografia, principalmente em sala de aula, de modo que o aluno consiga discutir o sistema político-social no qual vivemos através de uma perspectiva espacial. Para tanto, é fundamental não despolitizar o Estado. Aqui, portanto, valoriza-se a ideia da independência do poder político (MANN, 1992; ARENDT, 2009; CASTRO, 2013). Castro (2014) afirma que “há

na política uma autonomia, ou seja, na atualidade não é possível procurar a política fora do seu lugar institucional de contenção, isto é, o Estado; bem ao contrário da trajetória conceitual e polêmica da geografia humana crítica”. Questiona-se, portanto, a tese da falência do Estado-Nação como consequência da globalização econômica e cultural, realçando-o como ainda aquele que representa o poder político institucionalizado (CASTRO, 2005; BLACKSELL, 2010; PAINTER & JEFFREY, 2009).

São conhecidas as críticas de diferentes matrizes ideológicas sobre a existência e o funcionamento do Estado. Tanto anarcocapitalistas quanto anarquistas clássicos ou mesmo o plano final comunista, viam a destruição do Estado como um elemento fundamental na construção de uma melhor sociedade (HALL, 1992). Entretanto, não existindo perspectiva alguma no horizonte de outro formato político (e haveria a necessidade de discutir ainda se isso seria bom ou ruim...), o mundo, tal como conhecemos hoje, é pensado em Estados. Em outras palavras, discutir a política em formato de Estado pressupõe também uma dose de pragmatismo. Concorde-se, portanto, com Castro (2013, p.33) que “na atualidade não é possível procurar a política fora do seu lugar institucional de contenção, isto é, o Estado”. Se, por um lado, há campos importantes fora do aparato do Estado para serem estudados pela Geografia Política (como questões sobre identidade política, movimentos sociais em geral), por outro, abandonar a perspectiva espacial das instituições estatais me parece um erro ainda mais grosseiro.

Logo, o trabalho desenvolvido com os alunos que será exposto em seção seguinte se afasta das diferentes críticas que se focam na sociedade e acusam o Estado de não possuir nenhum tipo de autonomia; ou, ainda, quando existe, mínima que seja, essas críticas afirmam que a autonomia seria limitada pelo modo capitalista de produção (HALL, 1992). O poder do Estado não se confunde com o poder exercido por um dono de uma empresa em sua propriedade, uma vez que aquele, por exemplo, possui uma base territorial centralizada na qual exerce uma multiplicidade de funções necessárias para o convívio social.

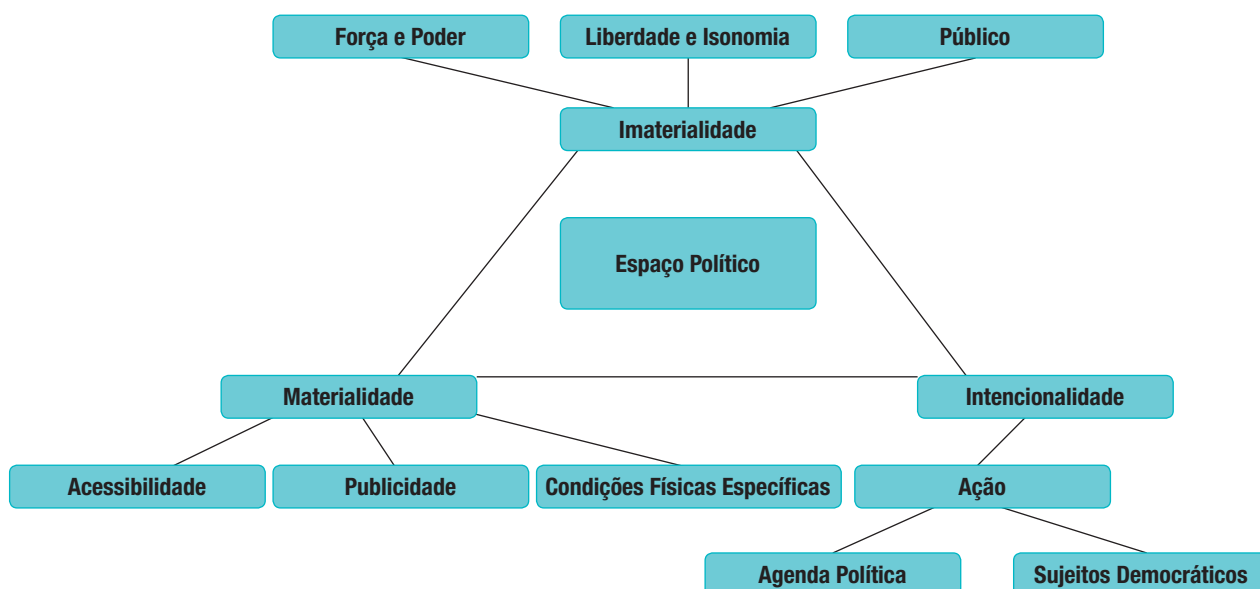
## DEMOCRACIA E GEOGRAFIA A PARTIR DOS ESPAÇOS POLÍTICOS

Apesar de ser um conceito-chave neste trabalho, curiosamente, o espaço político não é amplamente debatido nem pela ciência política nem mesmo pela geografia política. Sequer nas palavras-chave de busca de artigos publicados na revista francófona *Espace Politique*, encontramos o conceito de espaço político. Há dez variações para o conceito de espaço, mas *espaço político* não aparece, mesmo sendo o nome que batiza a revista<sup>1</sup>. Também na revista de língua inglesa *Political Geography* nos últimos vinte anos, o conceito de espaço político aparece apenas como palavra-chave em seis artigos<sup>2</sup>.

Portanto, *espaço político* é, sem dúvida, uma nova perspectiva espacial sobre o problema político. Como dito na introdução desse artigo, o trabalho desenvolvido com os alunos no ano de 2012 foi importante para o amadurecimento do conceito que seria a base principal de uma tese de doutoramento em Geografia desenvolvida na Universidade Federal do Rio de Janeiro. O espaço político, diferentemente do modo pelo qual ele é discutido na geografia política tradicional (quase sempre como sinônimo de território nacional), pode ser definido como aquele que se constrói e funciona como intermediação entre a sociedade e o Estado, lugar de atos políticos, encaixando-se nos princípios que regem uma sociedade democrática. Bobbio (2000), mesmo não sendo geógrafo, concorda com a necessidade de analisar a democracia por meio de um viés espacial:

*Em outros termos, quando se deseja saber se houve um desenvolvimento da democracia num dado país, o certo é procurar perceber se aumentou não o número dos que têm o direito de participar nas decisões que lhes dizem respeito, mas os espaços nos quais podem exercer este direito. (Bobbio, 2000, p.40).*

Nesse caminho, a ideia geral aqui defendida é que a democracia será melhor exercida e fortalecida se há espaços políticos bem difundidos e qualificados no território<sup>3</sup>. Para fins analíticos, o espaço político pode ser dividido em suas três condições constituintes, a ver: materialidade, imaterialidade



**Figura 1** | *Condições do Espaço Político*

Fonte: Azevedo (2016).

e intencionalidade (CASTRO, 2012). Ressalta-se que essa compartimentação é um recurso metodológico, mas, por não se apresentarem assim no mundo, essas condições muitas vezes se tocam, se complementam e se confundem, conforme pode ser visto na Figura 1.

A partir dessa compartimentação, é possível mensurar e qualificar as instituições que se dizem espaços políticos, apontando incongruências e potencialidades. Perguntas emergem a partir desse olhar, como: por que esse espaço foi escolhido para funcionar como intermediação entre sociedade e Estado? Quais são as suas condições materiais? É acessível por meio de uma rede de transporte eficaz? É conhecido pelos cidadãos? É espaço público antes mesmo de ser político? Consegue, de fato, afetar a agenda política?

É possível existir diferentes tipos de espaços políticos. Desde as ruas até as Assembleias Legislativas, passando por Associações de Moradores: muitos desses são apontados espaços políticos, mas poucos, de fato, o são. A partir dessa compartimentação metodológica, seria possível dizer se um tal espaço ajuda a criar relações propícias para o estabelecimento de vínculos democráticos ou,

por exemplo, é usado na reprodução de desigualdades sociopolíticas.

Apesar de já ter sido profundamente questionada em momento anterior (AZEVEDO, 2016), há uma importante linha acadêmica que considera o Brasil uma democracia semi-direta ou democracia participativa, a partir da criação de novos supostos recursos da participação. Para muitos autores, os Conselhos Municipais seriam um grande exemplo de um novo espaço político para o bom funcionamento da democracia. Eles seriam, pelo menos teoricamente, mecanismos de participação da população na formulação, deliberação e fiscalização das políticas públicas e se constituiriam, segundo grande parte da literatura, como uma importante inovação institucional da Constituição de 1988.

O Conselho Municipal se estabeleceu por meio de uma descentralização político-administrativa e, conseqüentemente, pelo estabelecimento do município como uma escala política extremamente relevante no federalismo brasileiro. Em outras palavras, esse novo suposto recurso de participação, que se aproximaria mais, segundo esses autores, dos ideais da democracia direta, só foi possível com a valorização do município como escala local.

Em 2012, estava iniciando uma pesquisa sobre o funcionamento dos Conselhos Municipais, ainda bastante impressionado pela literatura que classificava esse recurso como uma importante mudança estrutural que o Brasil havia realizado nos últimos anos. Foram os alunos do 2º ano do Ensino Médio do Colégio Pedro II que levantaram questões sobre a qualificação desses supostos espaços políticos.

## ALUNOS COMO PESQUISADORES EM GEOGRAFIA POLÍTICA

Na segunda terça-feira do mês de dezembro de 2012, às 14h, iniciou-se na sede da prefeitura do Rio de Janeiro um debate político no Conselho Municipal de Saúde. Tudo parecia acontecer como o habitual: os conselheiros (representantes da sociedade civil e Governo) leram a ata da reunião anterior para ser aprovada e, assim, começar uma nova rodada de debates. Entretanto, na plateia, algo estava diferente. Além dos habituais participantes, quinze alunos do Colégio Pedro II do Campus Humaitá, no município do Rio de Janeiro, se aglomeraram para tentar compreender o que acontecia nesse espaço.

O espanto dos conselheiros de saúde devido à presença dos alunos do Colégio Pedro II é ilustrativo. Até aquele momento, eles nunca tinham visto adolescentes na plateia de uma reunião ordinária mensal. Um trabalho de Geografia foi o responsável por gerar comoções no blog do conselho, redes sociais e, após um mês, um prêmio ao professor por incentivo à cidadania. Até aquele momento do trabalho requerido, alunos de 16 anos (grande maioria já iria votar nas eleições municipais de 2012) nunca haviam escutado sobre a existência dos conselhos. Essa visita, acompanhada de debates na sala de aula de Geografia sobre política e democracia nos municípios, foi a responsável pela seguinte conclusão do trabalho de um dos grupos:

*este trabalho foi uma ótima forma de nos mostrar que há muito mais coisas a serem discutidas e trabalhadas do que apenas as votações. Também mostrou que existem maneiras de reivindicar direitos, e que*

*democracia não é igual à completa liberdade individual. Nos mostrou que há também outras formas bastante importantes para discutir o modo em que vivemos e é por isso que os conselhos devem ser muito mais divulgados, e ao invés das pessoas ficarem reclamando sobre o modo de vida que levam, deveriam procurar se informar mais (Conclusão de Bruna, aluna do 2o ano do Ensino Médio do Colégio Pedro II, Campus Humaitá II).*

Estudantes de 16-17 anos já são possíveis eleitores. Já estão ingressando na cidadania política plena. O trabalho acima tinha como objetivo central apresentar e discutir a estrutura política brasileira e o novo recurso criado a partir de 1988. Para tanto, os alunos foram divididos em grupos com dez integrantes e eles foram instigados a se desenvolverem como pesquisadores em etapas:

1. Aula expositiva sobre o federalismo brasileiro e a criação da terceira escala política do país: o município. Ao final, foi pedido aos alunos que anotassem para a aula seguinte todas as dúvidas e críticas que eles teriam sobre a democracia.
2. Aula completamente aberta para debate baseada nas críticas e nas perguntas trazidas pelos alunos.
3. Com auxílio da internet e de ligações para telefones oficiais da Prefeitura, os alunos tiveram duas semanas para descobrir quais Conselhos Municipais existem no Rio de Janeiro, onde acontecem as reuniões e os seus respectivos horários.

Essa etapa, talvez, tenha sido a mais difícil. A tarefa de pesquisador se revelou um desafio para os alunos, especialmente pela falta de informações na internet e na própria prefeitura sobre os Conselhos Municipais. Uma reunião foi marcada comigo em horário diferente da aula, para traçarmos estratégias de obtenção dos dados.

4. Em sala, montamos uma tabela que reproduziu o resultado da pesquisa de todas as turmas, preenchendo as informações que cada grupo conseguiu encontrar. A ideia, nesse momento, era instigar a construção de um banco de



dados coletivo, apontando para a necessidade de compartilhamento do saber para o desenvolvimento acadêmico.

5. Duas reuniões foram realizadas para a confecção dos questionários e das entrevistas que eles deveriam realizar com os conselheiros e com pessoas na plateia presentes no dia da reunião acompanhada.

As perguntas deveriam buscar responder à inquietação inicial do trabalho: **Os Conselhos Municipais podem ser considerados espaços políticos que favorecem a democracia local?**

Para responder essa questão central, os alunos buscaram os aspectos materiais, imateriais e intencionais do suposto espaço político analisado.

- I. Quais são as condições materiais do espaço escolhido para a reunião? Há condições físicas para diferentes pessoas a acompanharem? É confortável? É seguro?
- II. Como é a acessibilidade dos Conselhos Municipais? As reuniões ocorrem em locais com boa infraestrutura de transporte?
- III. O Conselho Municipal possui uma boa publicidade? Em outras palavras, é conhecido pelo público o qual ele se destina através de websites, propagandas e/ou até mesmo no local onde as reuniões ocorrem?
- IV. O espaço é verdadeiramente público ou há restrições de acesso para algum tipo de público?
- V. Os Conselhos Municipais funcionam a partir de regras democráticas, como, por exemplo, a participação direta ou representativa legítima dos cidadãos?
- VI. Os Conselhos Municipais possuem efetivamente influência na agenda política?

Essas perguntas foram usadas como modos de mensurar e qualificar o Conselho Municipal como espaços políticos. Toda a dificuldade encontrada pelos alunos na etapa (3), nas visitas às reuniões e no contato com os conselheiros, produziu a conclusão a seguir de um grupo que reflete o sentimento generalizado dos alunos após a pesquisa desenvolvida:

*Os Conselhos perdem a chance de realmente serem um diferencial no Rio. Ninguém*

*conhece, ninguém vai às reuniões. Alguns têm muito poder no papel; outros nem isso têm. Nos sentimos como cegos buscando algo que não existe na nossa frente. Se o cidadão não conhece, não vai, logo, aquilo não serve para a democracia. (Conclusão de João Victor, aluno do 2º ano do Ensino Médio do Campus Humaitá II).*

## PARA NÃO CONCLUIR

O trabalho desenvolvido com alunos do Ensino Médio do Colégio Pedro II foi uma tentativa, apesar de ainda tímida, de revelar a complexidade das instituições do Estado brasileiro, suas limitações e potencialidades a alunos que estão se transformando em plenos cidadãos.

Como apontado na introdução, não há, verdadeiramente, uma Geografia Política nas salas de aula. Ela está em grande parte encoberta pela geopolítica e, muitas vezes, inclusive, desprovida da geograficidade inerente a esses fenômenos. Os alunos tornam-se aptos a votar, a participar da vida política do país, do seu estado e município, sem ao menos saber e debater o sistema político brasileiro. Não façamos mea-culpa: a Geografia pode e deve ajudar na formação dos cidadãos a partir dos espaços escolares.

As inovações institucionais da Constituição Cidadã de 1988 (como conselhos municipais, estaduais e federais; orçamentos participativos; iniciativa popular de lei) para a democracia ainda não foram cooptadas pela população. Talvez, a Geografia possa, a partir da discussão do espaço político, provocar alguma mudança nesse cenário.

## NOTAS

<sup>1</sup> Space; Espace Communautaire; Espace intermédiaire; Espace Naturel; Espace Public; Espace Schengen; Espace Urbain; Espaces Clos; Espaces Protégés; Espaces Publics. Acesso em: 02 fev. 2016.

<sup>2</sup> Disponível em: <<https://www.journals.elsevier.com/political-geography/>>. Acesso em: 15 maio 2015.

<sup>3</sup> Para melhor e mais ampla discussão sobre o tema, ver Azevedo (2016).

## REFERÊNCIAS

- ARENDRT, H. **O que é Política?**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.
- AZEVEDO, D. A. **A democracia participativa como um sofisma**: uma interpretação geográfica da democracia. 312 f. Tese (Doutorado em Geografia)-PPGG, UFRJ, 2016.
- BLACKSELL, M. **Political Geography**. New York: Routledge, 2010.
- BOBBIO, N. **O futuro da democracia**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- CASTRO, I. E. **Geografia e Política**: território, escalas de ação e instituições. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.
- \_\_\_\_\_. O espaço político: limites e possibilidades do conceito. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César; CORRÊA, Roberto Lobato. **Olhares Geográficos**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012. p.43-73.
- \_\_\_\_\_. A Democracia como um problema para a geografia: o fundamento territorial da política. In: CASTRO, I. E.; RODRIGUES, J. N.; RIBEIRO, R. W. **Espaços da Democracia**: para a agenda da geografia política contemporânea. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013. p.23-55.
- \_\_\_\_\_. Escala e pesquisa na geografia. Problema ou solução? **Espaço Aberto**, UFRJ, v. 4, n.1, p. 87-100, 2014.
- COSTA, W. M. **Geografia Política e Geopolítica**. São Paulo: Edusp, 2010.
- FLINT, C.; TAYLOR, P. **Political Geography**: world-economy, nation-state and locality. London: Prentice Hall, 2011.
- HALL, J. (Org.). **Os Estados na história**. Rio de Janeiro: Imago, 1992.
- MANN, M. O poder autônomo do Estado: suas origens, mecanismos e resultados. In: HALL, J. (Org.). **Os Estados na história**. Rio de Janeiro: Imago, 1992. p.163-204.
- MOUFFE, C. **The democratic paradox**. Londres/Nova Iorque: Verso, 2000.
- PAINTER, J.; JEFFREY, A. **Political Geography**. Washington D.C.: SAGE, 2009.